

A TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA EM SUA ESPECIFICIDADE: UMA POSSIBILIDADE

Eduardo Barbosa LENZI¹

RESUMO

Este texto procura analisar as principais características da Teoria Crítica da chamada Escola de Frankfurt em um dado momento histórico, os anos de 1930. Positivamente, ela se apresenta como uma teoria do conhecimento social, cujas bases são a crítica da economia política e a filosofia dialética. Negativamente, pode-se compreendê-la como um pensamento social que não se configura como sociologia, sem, contudo, definir-se como “filosofia pura”.

Palavras-chave: Teoria Crítica, Teoria Tradicional, Filosofia Idealista, Materialismo Dialético.

ABSTRACT

This text tries to analyze the main characteristics of the Critical Theory of the so called School of Frankfurt in a given historical moment, the 1930s. It certainly presents itself as a theory of social

⁽¹⁾ Mestrando em Fiosofia Social pela PUC-Campinas.

knowledge, the basis of which is the criticism of political economy and dialectical philosophy. It can be negatively understood as a social thought that can not be identified as sociology, without, however, being defined as "pure philosophy".

Key words: *Critical Theory, Traditional Theory, Idealistic Philosophy, Dialectical Materialism.*

INTRODUÇÃO

O termo "Teoria Crítica frankfurtiana"² remete ao movimento intelectual que ficou conhecido pelo nome de Escola de Frankfurt, cuja organização institucional se deu através do Instituto para Pesquisa Social (*Institu für Sozialforschung*), sob a direção de Max Horkheimer, e em torno do qual orbitavam conhecidos nomes, como os de Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Eric Fromm, Walter Benjamin, entre outros. Não é a intenção aqui traçar um detalhado histórico da Escola de Frankfurt, tampouco levantar um debate acerca das possibilidades mesmas de se falar em uma escola de pensamento no que se refere a este grupo de intelectuais, pois esta tarefa já foi realizada de forma bastante acurada por diversos autores, como por exemplo Martin Jay³, Rolf Wiggerhaus⁴ ou Paul-Lourent Assoun⁵.

De forma mais modesta, o presente trabalho intenta analisar, em um momento histórico determinado, os anos de 1930, o esforço, por

⁽²⁾ A grafia de teoria crítica com as iniciais maiúsculas será utilizada sempre que se referir especificamente à teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt, salvo em caso de citações nas quais os autores não procedam desta forma. A grafia de teoria crítica com iniciais minúsculas remete a uma tradição de pensamento mais amplo, cujas bases, em geral, são também marxianas.

⁽³⁾ JAY, M. *La Imagenación Dialéctica: Historia de la Escuela de Frankfurt y del Instituto de Investigación Social – 1923/1950*. Madrid: Taurus Ediciones, 1974.

⁽⁴⁾ WIGGERHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Trad. Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

⁽⁵⁾ ASSOUN, P.-L. *A Escola de Frankfurt*. Trad. Helena Cardoso. São Paulo: Ática, 1991.

parte daqueles pensadores, em elaborar um núcleo teórico comum, apesar das diferenças temáticas e de abordagem que tais pensadores mantinham. Para abalizar esta discussão são utilizados aqui dois artigos fundamentais da Teoria Crítica, publicados originalmente em 1937, em números subseqüentes da Revista para Pesquisa Social (*Zeitschrift für Sozialforschung*) do Instituto: “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”⁶ (*Traditionelle und kritische Theorie*), de autoria de Max Horkheimer, e “Filosofia e Teoria Crítica”⁷ (*Philosophie und kritische Theorie*), de Herbert Marcuse, o qual é seguido de um apêndice, sob o mesmo título⁸, de Horkheimer. Deste modo, a partir dos textos supracitados, pretende-se abordar a questão sobre a especificidade da Teoria Crítica, ou seja, qual é seu posicionamento em relação à tradição científica, filosófica e materialista dialética.

OS ANOS DE 1930: HORKHEIMER, O INSTITUTO E SUAS PESQUISAS

Max Horkheimer assume a direção do Instituto para Pesquisa Social em janeiro de 1931, substituindo assim o diretor-fundador e historiador Carl Grünberg, e já em 1932 é lançada a publicação periódica oficial do Instituto, a Revista para Pesquisa Social. Contudo, a primeira pergunta que pode surgir a quem se dedica ao estudo do artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” é a de porquê este texto surge apenas em 1937, ou seja, por que Horkheimer resolveu escrever e publicar este

⁽⁶⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, M e ADORNO, T. W. *Textos Escolhidos*. Trad. Edgard Malagodi e Ronaldo Cunha. São Paulo: Nova Cultural, 1991. pp. 31-68.

⁽⁷⁾ MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. In: MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Trad. Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. pp. 137-160.

⁽⁸⁾ HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. (Apêndice). In: HORKHEIMER, M e ADORNO, T. W. *Textos Escolhidos*. Op. cit. pp. 69-75.

texto, que se torna uma espécie de “carta-programa”⁹ da Teoria Crítica frakfurtiana, passados seis anos de sua ascensão ao cargo de diretor e cinco anos do surgimento da revista?¹⁰

Algumas hipóteses podem ser levantadas na tentativa de se responder a tal questão. A primeira delas é a de que Horkheimer, um filósofo, não pretenderia, logo de princípio, criar alguma espécie de divergência com os membros que já estavam integrados ao Instituto desde sua fundação, os quais, em sua maioria, era composta por economistas e sociólogos. Assim, ele teria esperado algum tempo para dar um novo direcionamento teórico e temático às pesquisas do Instituto.

Mas alguns fatos parecem tornar esta hipótese pouco provável. Já no discurso de posse, Horkheimer chamava a atenção para uma dimensão filosófica ao lado da pesquisa empírica em uma perspectiva global. Em suas palavras, a intenção era a de realizar um “trabalho planejado sobre a justaposição dos sistemas filosóficos e da experiência empírica na teoria da sociedade” e um projeto de “organizar, a partir das problemáticas filosóficas atuais, pesquisas em que os filósofos, sociólogos, especialistas em economia política, historiadores e psicólogos se reunam numa comunidade durável de trabalho.”¹¹ Ademais, na nova revista do Instituto, que substituiu a anterior (*Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*), elaborada por Grünberg, e que havia deixado de circular em 1930, os antigos membros tiveram seu espaço reduzido, nas palavras de Wiggerhaus:

⁽⁹⁾ MAAR, W. L. Marcuse: em busca de uma ética materialista. (Introdução). In: MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Op. cit. pp. 07-35. p. 29.

⁽¹⁰⁾ Nesta primeira parte deste trabalho dá-se ênfase ao texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” pelo fato de “Filosofia e Teoria Crítica”, de Marcuse, e o apêndice com o mesmo título, de Horkheimer, serem contribuições ao debate que “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” suscitou entre os membros do Instituto e neste sentido, secundários.

⁽¹¹⁾ HORKHEIMER, M. Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Institus für Sozialforschung, discurso pronunciado na Universidade de Frankfurt, em 1931. Apud, WIGGERHAUS, R. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 70.

“devido ao deslocamento do centro de gravidade do trabalho do Instituto, da história da sociedade para sua teorização, os temas e as abordagens que até então detinham o monopólio foram reduzidos e passaram a ser simplesmente um campo de pesquisas entre outros, desempenhando apenas um papel marginal no trabalho coletivo que era oficialmente o núcleo do Instituto, e isso deve ter parecido uma decadência e uma traição.”¹²

Uma segunda hipótese que pode ser levantada para tentar responder àquela pergunta seria a de um agravamento no contexto sócio-político. Em 1936, Roosevelt era reeleito nos Estados Unidos, o que, de certa forma, significava uma confirmação política das diversas medidas administrativas e econômicas, conhecidas como *New Deal*, tomadas pelo Estado para recuperar o país da crise instalada com o *crack* da bolsa em 1929, isto é, uma crise sistêmica estava sendo solucionada de maneira não revolucionária. Na Alemanha, o Nazismo, que havia ascendido ao poder em 1933 e implantado um Estado autoritário baseado em uma ideologia racial, aumentava suas forças e preparava-se para a guerra diante de uma Europa relativamente passiva e de um movimento operário incapaz de confrontá-lo. Na União Soviética o socialismo havia tomado caminhos completamente estranhos, transformando-se, por um lado, em ortodoxia partidária e em planificação econômica, e por outro, em teoria marxista-leninista. Em 1936, sob o comando de Stalin, deu-se início aos famigerados Processos de Moscou, responsáveis pelos expurgos dos “inimigos da revolução”.

Este fechamento do cenário sócio-político deve ser, em boa medida, tomado em consideração como uma resposta à pergunta feita anteriormente, já que a Teoria Crítica possui como objetivo central a compreensão crítica da sociedade, e se esta ganha configurações cada vez mais opressivas, faz-se necessário também uma manifestação mais urgente e definida de seu próprio programa.

⁽¹²⁾ WIGGERHAUS, R. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 72.

Uma terceira hipótese para responder à questão de porque Horkheimer teria escrito e publicado o texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” apenas em 1937 pode ser cogitada a partir do próprio desenvolvimento das pesquisas institucionais. Em seu já referido discurso de posse, Horkheimer apresenta a temática da primeira pesquisa do Instituto sob a sua nova direção, a saber: “estudar a mentalidade social de um grupo particular, os operários qualificados e os empregados na Alemanha de Weimar.”¹³ Este primeiro projeto deveria seguir aquele modelo de trabalho no qual a filosofia se justaporía à pesquisa empírica, para assim potencializar as conclusões de ambas. Segundo Paul- Laurent Assoun:

*“este projeto não depende de um simples trabalho de sociologia empírica, nem de ‘psicologia social’, pela razão que se trata menos de testar um material dado que de aclarar experimentalmente um problema teórico de fundo: ‘a questão da relação entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimentopsíquico dos indivíduos e as transformações nas regiões culturais’.”*¹⁴

Para a realização desta pesquisa foram distribuídos aos trabalhadores e empregados alemães mil e cem questionários e no final de 1931 a totalidade deles já havia retornado às mãos dos pesquisadores do Instituto. Apesar de reconhecer um proveito metodológico deste primeiro trabalho, Horkheimer acreditava que do ponto de vista dos resultados ele carecia de uma ampliação da base empírica¹⁵. Este estudo nunca foi publicado e pode ser visto como uma primeira tentativa (um tanto frustrada) de aproximação entre teoria e empiria.

Uma segunda tentativa de um estudo coletivo com recursos à pesquisa empírica foi o “Estudo Sobre Autoridade e Família” (*Studien über Autorität und Familie*), publicado em 1936. Este trabalho está dividido em três partes, sendo a primeira um plano geral, que por sua vez

⁽¹³⁾ ASSOUN, P-L. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 44.

⁽¹⁴⁾ ASSOUN, P-L. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 44.

⁽¹⁵⁾ Cf. WIGGERHAUS, R. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 146.

subdivide-se em outros três textos, cujos autores são Horkheimer, Marcuse¹⁶ e Fromm; “três artigos concebidos uns em função dos outros, que poderiam também ter sido publicados num volume da revista”, conforme afirma Wiggerhaus¹⁷. Uma segunda parte trazendo os questionários empregados e uma terceira cujo conteúdo são relatórios bibliográficos. Aqui as dificuldades em relacionar teoria e empiria no estudo da sociedade se tornam mais explícitos. Segundo Wiggerhaus:

*“Os esboços teóricos não utilizavam nunca os dados fornecidos pelos relatórios do questionário, da pesquisa e da bibliografia (...). As cartas de Horkheimer e Fromm seguiram a mesma direção: a pesquisa empírica e a bibliografia especializada serviam, de certa forma, de muro atrás do qual eles trabalhavam para desenvolver uma teoria que pretendia ser diferente da filosofia pura, mas que adotava uma atitude cética para com as ciências especializadas e a pesquisa empírica, e que não tinha muita certeza de conhecer seu próprio estatuto”.*¹⁸

Assim, esta terceira hipótese, que coloca a redação e publicação do artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” como uma necessidade relacionada às dificuldades que o próprio desenvolvimento das pesquisas do Instituto trouxeram ao estatuto de uma teoria do conhecimento social, parece ser bastante plausível. Se o “Estudo Sobre Autoridade e Família”, publicado em 1936, levantou tal problemática, “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, publicado em 1937, parece tentar dar, ao menos parcialmente, uma solução às questões de qual seria o

⁽¹⁶⁾ Em português, o artigo de Horkheimer pode ser conferido em: HORKHEIMER, M. Autoridade e Família. In: HORKHEIMER, M. *Teoria Crítica I*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Editora Perspectiva, Edusp, 1990. pp. 175-236. Para o artigo de Marcuse, ver: MARCUSE, H. Estudo Sobre a Autoridade e a Família. In: MARCUSE, H. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Trad. Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. pp. 56-158.

⁽¹⁷⁾ WIGGERHAUS, R. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 180.

⁽¹⁸⁾ WIGGERHAUS, R. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 181.

estatuto da Teoria Crítica e qual seria sua especificidade¹⁹. É certo que Horkheimer já vinha, ao longo dos anos trinta, publicando na Revista textos que abordavam temas particulares da teoria crítica, como sua lógica ou sua relação com a história²⁰, mas seria em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” que tais problemáticas se colocariam de forma mais sistematizada.

Na verdade, talvez a grande dificuldade de Horkheimer – que o levou a redigir “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” seis anos após assumir como diretor do Instituto – tenha sido a mesma de alguém que, através de processo fotográfico, tenta captar a imagem de um certo objeto em movimento, ou seja, sempre há o risco de que tal objeto móvel apareça no instante fixo da foto de maneira disforme, distorcida. A Teoria Crítica é movimento, tanto por suas umbilicais ligações históricas, quanto por sua crítica interna. Horkheimer e Adorno afirmam de maneira incontestada que ela “atribui à verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo imutável”²¹ e Marcuse deixa claro que “a teoria crítica é crítica contra si mesmo”²². Deste modo, mesmo que o texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” se apresente com características ensaístas, Horkheimer procura explicitar sua reticência em “fotografá-la”: “não existem critérios gerais para a teoria crítica como um todo”²³. Isto faz com que somente a convergência das hipóteses anteriormente elencadas (e outras mais) possam explicar a publicação de um artigo tão importante somente em 1937. Esta última citação também ilumina a tarefa que aqui está sendo realizada, isto é, “se não existem critérios gerais para a teoria crítica como um todo”, ao

(19) Vale lembrar que em 1938 Adorno envolve-se em uma divergência com Lazarsfeld justamente acerca das dimensões empíricas e teóricas do “Princeton Radio Research Project”, denotando que uma certa desconfiança em relação à empiria era partilhada por diversos membros do Instituto.

(20) Para exemplos, ver textos reunidos em HORKHEIMER, M. *Teoria Crítica I*. Op. cit.

(21) ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. Sobre a nova edição alemã (nota introdutória de 1969). In: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. pp. 09-10. p. 09.

(22) MARCUSE, H. *Filosofia e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 157.

(23) HORKHEIMER, M. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 68.

menos se deve tentar um esforço para levantar alguns critérios particulares da Teoria Crítica frankfurtiana, ainda que isto soe como possibilidade. Em suma, os textos de Horkheimer e de Marcuse, os quais serão discutidos a seguir, estão diretamente ligados a um mover-se histórico e teórico (dentro e fora do Instituto) e não poderiam surgir antes, assim como nos anos posteriores a 1937 a Teoria Crítica continuaria se transformando, o que não deve ser, porém, visto como um abandono completo de vários de seus conceitos e perspectivas²⁴.

“TEORIA TRADICIONAL E TEORIA CRÍTICA” E “FILOSOFIA E TEORIA CRÍTICA”

Em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, Horkheimer refere-se à Teoria Crítica como herdeira da crítica em sentido amplo e mais especificamente do pensamento marxiano. Para o autor, o termo crítico significa que “é ‘crítico’ *não tanto* no sentido da crítica idealista da razão pura como no sentido da crítica dialética da economia política. Este termo indica uma propriedade essencial da teoria dialética da sociedade”²⁵.

É certo que nesta afirmação Horkheimer coloca maior relevância ao pensamento de Marx, o que não significa uma negligência da tradição filosófica idealista, motivo pelo qual destacou-se aqui o “não tanto”. Na introdução de “Teoria Crítica I”, Olgária Matos afirma, com muita propriedade, que a Teoria Crítica “é tributária de Kant e suas três

²⁴ Em um prefácio para a reedição, em 1969, de seus textos da década de 30, Horkheimer afirma que “Esses meus ensaios filosóficos [dos anos de 1930], reeditados aqui [*Kritische Theorie – Band I*], não apenas exigiram, hoje [1969], uma formulação mais exata, mas também estão permeados de representações econômicas e políticas que já não têm valor imediato: sua correta relação com o presente exige uma reflexão diferenciada. Para isto são úteis meus trabalhos posteriores”. Cf. HORKHEIMER, M. Prefácio para a Reedição. In: HORKHEIMER, M. *Teoria Crítica I*. Op. cit. pp. 01-05. p. 01.

²⁵ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 44. Nota 26. Destaque nosso.

críticas (...), de Hegel e sua crítica dialética ao Entendimento kantiano (...) e de Marx e suas inúmeras críticas”²⁶. Porém, para a exposição da Teoria Crítica de forma mais detalhada, acredita-se que o melhor a fazer seja seguir o mesmo caminho percorrido por Horkheimer no ensaio, ou seja, partir de uma descrição geral do que seria a teoria tradicional.

A teoria, como ela é tradicionalmente utilizada nas pesquisas, seria, segundo Horkheimer, uma concatenação sinóptica mínima das proposições de um dado ramo do saber. A partir disto, desta concatenação, poder-se-ia deduzir todas as demais teorias, cujas validações estariam condicionadas a uma concordância com os fatos e resultados empíricos, assim, “no que concerne aos fatos, a teoria permanece sempre hipotética [sendo a teoria] o saber acumulado de tal forma que permita ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível”²⁷.

Horkheimer, utilizando-se de uma metáfora de Poincaré, compara a ciência, fundada neste modelo de teoria, a uma biblioteca, na qual a física experimental é a responsável pelas aquisições (trazendo o material que enriquece o saber) e a física matemática pela catalogação. Contudo, na ciência dedutiva, a física matemática e seu trabalho de catalogação, sem o qual seria impossível a utilização da biblioteca, “apesar de toda sua riqueza”, é elevada à categoria de modelo a ser seguido pelas demais construções teóricas, eliminando-se as diferenças entre as ciências a partir da fundamentação nas mesmas pressuposições. Nas palavras de Horkheimer:

“O mesmo aparato conceptual (begrifflicher Apparat) empregado na determinação da natureza inerte serve também para classificar a natureza viva, podendo ser utilizado por qualquer um que tenha aprendido o seu manejo, isto é, as regras da dedução, o material significante, os métodos de

⁽²⁶⁾ MATOS, O. C. F. Introdução. In: HORKHEIMER, M. *Teoria Crítica I*. Op. cit. pp. XII-XXII. p. XVI.

⁽²⁷⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 31.

*comparação de proposições deduzidas com constatações de fatos, etc.”*²⁸

Para o então diretor do Instituto, a representação teórica acima descrita teria suas origens no pensamento cartesiano – que vai das coisas simples às complexas – e sua tendência à matematização. Assim, o modelo de dedução matemática é ampliado para a ciência em geral e mesmo as diferenças entre dedução e indução são, em geral, uma questão de “posicionamento filosófico do lógico”, ou seja, é apenas uma diferença de perspectiva lógica frente às proposições:

*“Para John Stuart Mill, por exemplo, elas [as proposições] são ainda juízos empíricos (Erfahrungsurteile), induções; nas correntes racionalistas e fenomenológicas são consideradas intelecções evidentes (evidente Einsichten), enquanto a moderna axiomática as toma como estipulações arbitrárias. Para a lógica mais avançada da atualidade, que se expressa representativamente nas Investigações Lógicas de Husserl, a teoria é considerada ‘como um sistema fechado de proposições de uma ciência’ ”*²⁹

De qualquer maneira, esta forma de teoria possui uma exigência fundamental, a ligação das partes deve se dar de forma a excluir qualquer contradição. E se seu modelo é a matemática, é também numericamente que ela encontrará sua expressão, isto é, a quantidade de nomes designando os elementos teóricos e os objetos observados são cada vez mais exíguos.

É claro que Horkheimer sabia que as ciências humanas e sociais punham em questão tal teoria, contudo este questionamento tinha um horizonte bastante limitado, já que elas não colocavam em discussão “o significado da teoria em geral”, mas apenas a “teoria

⁽²⁸⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 31. Esta referência serve também para o trecho entre aspas do parágrafo anterior.

⁽²⁹⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 32. Esta referência serve também para o trecho entre aspas do parágrafo anterior.

esboçada de cima para baixo por outros” que desconhecem a problemática particular destas ciências. O modelo geral de teoria continua sendo o das ciências naturais. Mesmo as divergências entre uma tradição sociológica anglo-saxônica, indutiva e empírica, e uma alemã, mais dedutiva e teórica, não implicam em uma diferença substancial e profunda na representação e estruturação do pensamento teórico. Isto significa que haveria um núcleo identitário entre as diferentes perspectivas sociológicas e destas em relação às ciências da natureza, a saber: um matematizar, calcular e classificar³⁰. Esta teoria tradicional encontra, na obra de Goethe, uma descrição precisa e em tom de ironia cáustica quando Mefistófeles, disfarçado de Fausto, descreve a um jovem estudante o que este aprenderia ao ingressar na Universidade e o que deveria fazer para ser um bom aluno: “Basta abreviar tudo ao mais breve/Classificando-o, após, como se deve.”³¹

Mas para Horkheimer, o principal problema da teoria tradicional é o seu caráter ideológico. Ao se “despregar” das condições históricas e sociais, ainda que tenha como objeto a história e a sociedade, a teoria se coisifica, isto porque a teoria em sentido tradicional não é capaz, desde o princípio, de internalizar a dinâmica social em sua própria estrutura teórica e em seus próprios conceitos. Mesmo a sua relação com os dados, com o material – o momento de sua validação – não é capaz de superar seu aspecto reificado, pois os fatos são, dedutivamente,

⁽³⁰⁾ Cf. HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 33ss. Esta referência serve também para os anteriores trechos entre aspas deste parágrafo. Toennies, Durkheim e Weber (que teve alguma influência sobre Horkheimer e Adorno) não passam incólumes ao olhar crítico de Horkheimer. Weber, por exemplo, teria desenvolvido, segundo Horkheimer, uma “teoria da possibilidade objetiva”. Isto quer dizer que “pressupondo-se as circunstâncias [econômicas, políticas, culturais, etc.] a, b, c, d, deve-se esperar uma ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como da ciência natural. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional”. p. 35.

⁽³¹⁾ GOETHE, J. W. *Fausto: uma tragédia – Primeira parte*. Trad. Jenny Klabin Segall. Comentários e notas de Marcus V. Mazzari. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 189, versos 1.940 e 1.941. Em alemão: *Wenn ihr lernt alles reduzieren/ Und gehörig klassifizieren*.

enformados pela teoria e, indutivamente, servem à sua elaboração, ou seja, o modelo teórico é o mesmo, como já foi dito³².

Com isto não se deve entender que Horkheimer não reconheça os progressos materiais e técnicos conquistados pela sociedade burguesa a partir deste modelo teórico que rege a ciência: “os progressos técnicos da idade burguesa são inseparáveis deste tipo de funcionamento da ciência”³³. Mesmo em Marx e Engels tal reconhecimento já era explícito: “A burguesia, pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, até mesmo as mais bárbaras, para a civilização”³⁴. Na verdade, aqui se está no cerne de uma questão bastante complicada: a da ideologia, mais precisamente, a da ciência como ideologia. Mesmo não sendo o tema central deste trabalho, abordá-la, ainda que de forma sucinta, pode ajudar na compreensão da Teoria Crítica.

Para Horkheimer, a teoria tradicional é a forma típica de estruturação e expressão do conhecimento em uma sociedade permeada por uma razão subjetiva e formal ou instrumental, cuja preocupação essencial são os meios. Desta maneira, algo é visto como racional quando se calcula as probabilidades e se ordena o melhor caminho para se atingir um determinado fim, porém, esta forma de racionalidade não coloca em questão a finalidade propriamente dita. Esta razão, e sua expressão teórica-científica, centrada em problemas metodológicos, foram capazes de produzir avanços científicos e tecnológicos consideráveis contudo, deixaram de lado uma questão fundamental: progresso científico e tecnológico para quê/quem? Ao não se colocar

⁽³²⁾ Nas palavras do filósofo alemão: “Na medida em que o conceito da teoria é independentizado, como que saindo da essência interna da gnose (*Erkenntnis*), ou possuindo uma fundamentação a-histórica, ele se transforma em uma categoria coisificada (*verdinglichte*) e, por isso, ideológica.”. Cf. HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 35.

⁽³³⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 35.

⁽³⁴⁾ MARX, K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 15.

esta questão, a razão subjetiva ou instrumental passa a ver o progresso tecnológico como o progresso e recusa considerações ou juízos sobre as condições histórico-sociais, pondo de lado uma preocupação com o homem, tornando-se ideológica³⁵. Isto faz com que a ideologia e a ciência não se situem em pólos opostos, ou melhor, o problema da ideologia é algo mais profundo do que mera manipulação ou distorção das idéias, não podendo ser resolvido com um recurso à ciência. Assim, a ciência – fundamentada naquela teoria tradicional – e a sua aplicação, a tecnologia, já são ideológicas, justamente por reivindicarem uma suposta neutralidade.

Como Leandro Konder afirma, o próprio Marx, ao longo dos seus escritos, foi refinando seu conceito de ideologia, passando a considerá-lo mais do que uma simples “falsa consciência”: “para ele [Marx], a ideologia – no essencial – era a expressão da incapacidade de cotejar as idéias com o uso histórico delas, com a inserção prática no movimento da sociedade”³⁶. É neste sentido que, para Horkheimer, a tradição teórica-científica seria ideológica: através da sua “neutralidade”, da negação de suas dimensões históricas e extra teóricas, ela contribuiria para a reprodução das condições dadas. A imparcialidade torna-se

⁽³⁵⁾ Uma citação de *Eclipse da Razão* pode esclarecer a questão: “De acordo com tais teorias o pensamento serve a qualquer empenho, bom ou mau. É instrumento de todas as ações da sociedade, mas não deve tentar estabelecer os padrões da vida individual ou social, que se supõe serem estabelecidos por outras forças. Tanto em discussões laicas quanto no debate científico, a razão vem sendo comumente considerada uma faculdade intelectual de coordenação, cuja eficiência pode ser aumentada pelo uso metódico e pela remoção de quaisquer fatores não intelectuais, tais como as emoções conscientes ou inconscientes. A razão [em sentido substantivo] jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social, mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas que renunciou, por fim, até mesmo à tarefa de julgar as ações e os modos de vida do homem. Entregou-os à sanção suprema dos interesses em conflito aos quais nosso mundo parece estar realmente abandonado.”. Cf. HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002. p. 18.

⁽³⁶⁾ KONDER, L. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 40.

parcial e mesmo recusando seu vínculo social, a teoria tradicional, com sua pretensão neutral e seu *modus operandi*, é ela própria produzida socialmente, isto é, “tanto quanto a influência da matéria sobre a teoria, a aplicação da teoria ao material não é apenas um processo intracientífico, mas também um processo social”³⁷.

A Teoria Crítica, por sua vez, coloca sempre em primeiro plano o homem em suas relações sociais (em sentido amplo, mesmo a natureza, para Horkheimer, é social³⁸) não apenas como seu objeto, como ocorre a certas ciências sociais pautadas na teoria tradicional. Com isto quer se dizer que a Teoria Crítica é cônica de que a história perpassa todos os momentos do conhecimento, de que ela está presente no sujeito cognoscente, na maneira de se conhecer e nos objetos e fatos percebidos. A tríade sujeito-teoria-objeto é permeada, sob todos os aspectos, socialmente. É por reconhecer esta dimensão histórica que a Teoria Crítica é pensamento *na* contradição e não *na* unidade pacífica e falsa da teoria tradicional.

Para Horkheimer, a teoria tradicional, desde Descartes, mantém a ilusão ideológica da identidade entre sujeito e objeto, entre razão e realidade, entre conceito e fato. Esta identidade, que ocorre no pólo do sujeito pensante e que significa a unidade conceitual das contradições, só pode estabelecer-se quando, justamente, o conhecimento se retira da práxis social, adquirindo aquela pretensa independência. Na Teoria Crítica, não só seu objeto é a sociedade, como já foi afirmado, mas também o seu sujeito é permeado por e inserido em processos históricos contraditórios, diferenciando-se do eu ensimesmado e autônomo da teoria tradicional:

(37) HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 36. Horkheimer demonstra como, por exemplo, a adoção do sistema copernicano constituiu-se menos por desenvolvimentos internos da teoria do que por processos sociais.

(38) “Mesmo quando se trata da experiência com objetos naturais como tal, sua naturalidade é determinada pelo seu contraste com o mundo social, e nesta medida dele depende.” Cf. HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 40.

“ele [o pensamento crítico] considera conscientemente como sujeito a um indivíduo determinado em seus relacionamentos efetivos com outros indivíduos e grupos, em seu confronto com uma classe determinada, e, por último, mediado por este entrelaçamento, em vinculação com o todo social e a natureza. Este sujeito não é um ponto, como o eu da filosofia burguesa; sua exposição (Darstellung) consiste na construção do presente histórico. Tampouco o sujeito pensante é o ponto onde coincidem sujeito e objeto e donde se pudesse extrair por isso um saber absoluto. Esta aparência, da qual o idealismo tem vivido desde de Descartes, é ideologia em sentido rigoroso; a liberdade limitada do indivíduo burguês aparece na figura de liberdade e autonomia perfeitas. (...) No pensamento sobre o homem, sujeito e objeto divergem um do outro; sua identidade se encontra no futuro e não no presente. O método que leva a isso pode ser designado clareza, de acordo com a terminologia cartesiana, mas esta clareza significa, no pensamento efetivamente crítico, não apenas um processo lógico, mas também um processo histórico concreto.”³⁹

A crítica radical ao modelo identitário é uma das principais características da Teoria Crítica proposta por Horkheimer e, segundo Stephen Bronner, uma singularidade em relação aos outros pensadores de tradição marxista:

“A ‘identidade’ entre a razão e a realidade, incrustada na racionalidade científica, tornou-se inimiga dessa nascente ‘teoria crítica’, precisamente porque esta procurava analisar os processos que constituíam a totalidade dada junto com suas possibilidades reprimidas de mudança emancipatória. A crença na não-identidade entre sujeito e objeto viria a tornar-se a marca registrada da teoria crítica, distinguin-

⁽³⁹⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 46.

do-a não só do marxismo como também do pensamento de Korsch e Lukács."⁴⁰

Assim, ao considerar a práxis social como elemento constitutivo da Teoria Crítica, tanto em seus conceitos quanto na relação destes com os fatos, as tensões e contradições da história não são camufladas por um conhecimento identitário, pelo contrário, devem ser explícitas e suas superações devem ser buscadas na realidade concreta. Isto significa que para a Teoria Crítica o conhecimento é mais do que registrar e organizar fatos, é mais do que catalogar as obras de uma biblioteca. A realidade não é racional, porém deve ser trazida à razão, o dado deve ser apreendido também "em suas possibilidades reprimidas". Deste modo, a conexão do pensamento com a experiência na Teoria Crítica vai além de um materialismo vulgar, no qual o fato não é questionado. Seu materialismo é crítico, mas, para sê-lo, deve resguardar uma dimensão transcendente – a da razão não realizada – em relação ao dado.

Aqui a Teoria Crítica se encontra em um ponto específico entre o materialismo e a filosofia, ponto onde aquilo que é e aquilo que pode e deve ser surgem através de um pensamento dialético forte. O texto de Marcuse, "Filosofia e Teoria Crítica" e o apêndice homônimo de Horkheimer intentam justamente aclarar tal ponto, ou seja, discutem a importância da filosofia em um pensamento materialista, tentando, ainda, resgatar o pensamento marxiano de um economicismo raso. Este posicionamento da Teoria Crítica e sua relação com os fatos foi definido por Marcuse de maneira bastante direta, quando este afirma que:

⁽⁴⁰⁾ BRONNER, S. E. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Trad. Tomás Bueno e Cristina Meneguelo. Campinas: Papyrus, 1997. p. 98. Para Paul-Laurent Assoun, "a tese filosófica fundamental da 'Teoria Crítica' é a rejeição da 'teoria da identidade'", contudo ele lembra que tal rejeição já estava, de certa maneira, presente nos chamados hegelianos de esquerda. Assoun também ressalta que os membros da própria Escola de Frankfurt enfatizaram esta questão de forma variada, sendo, por um lado, Marcuse quem menos a teria problematizado e, por outro, Adorno quem a criticou com mais afinco, levando-o à dialética negativa. Cf. ASSOUN, P-L. *A Escola de Frankfurt*. Op. cit. p. 23ss.

“Desde o início [anos de 1830 e 1840], ela [a teoria crítica] foi mais do que mero registro ou sistematização de fatos, confrontando a má facticidade com suas melhores possibilidades. Como a filosofia, ela opõe-se à justiça da realidade, opõe-se ao positivismo satisfeito. Entretanto, diferentemente da filosofia, sempre extrai seus objetivos a partir das tendências existentes do processo social.”⁴¹

Mas aqui pode surgir uma pergunta: Horkheimer não havia dito que a filosofia, em sua tradição idealista, era ideológica, pois promoveria uma unidade das contradições no âmbito do sujeito? Sim, este caráter do idealismo é o que se pode chamar de afirmativo, porém, como filosofia ligada à uma razão objetiva, o idealismo também possui um caráter negativo, com o qual a Teoria Crítica se relaciona. Desta forma, Teoria Crítica e filosofia transcendem a materialidade dada, ambas diferindo, assim, daquele materialismo vulgar pautado em uma teoria tradicional que é expressão do conhecimento de uma razão subjetiva (o “positivismo satisfeito”) ou instrumental (o pragmatismo)⁴².

⁽⁴¹⁾ MARCUSE, H. *Filosofia e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 145.

⁽⁴²⁾ Apesar de seu caráter identitário, a filosofia idealista não cai em um relativismo completo, como ocorre na teoria tradicional da ciência, por isso esta filosofia consegue falar contra a materialidade dada, porém, como já foi dito, como idealismo “ele possui um duplo papel característico [afirmativo e crítico]: opor-se tanto ao verdadeiro materialismo da teoria crítica da sociedade quanto ao falso materialismo da práxis burguesa. No idealismo o indivíduo protesta contra o mundo, na medida em que ele mesmo e o mundo podem ser livres no pensamento.” Cf. MARCUSE, H. *Filosofia e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 143. Apesar de diferentes, as racionalidades atuantes na teoria tradicional possuem uma característica comum, uma incapacidade em pôr seus objetivos e questionar os fins: “No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhado pelo positivismo, enfatiza-se a não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo de inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. Os conceitos eliminaram o incômodo de enumerar qualidades e servem melhor assim para organizar o material de conhecimento. São pensados como simples abreviações dos itens a que se referem. Qualquer uso dos conceitos que transcenda a sumarização técnica e auxiliar dos dados factuais foi eliminado como um último vestígio de superstição.” Cf. HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. Op. cit. p. 29.

À Teoria Crítica é imprescindível ir para além da materialidade dada, da “má facticidade” da sociedade burguesa e suas contradições, porém e diferentemente da filosofia idealista, tal transcendência é uma possibilidade histórica e não uma realização no eu pensante ou no espírito. Para os teóricos críticos é na materialidade social que a razão deve realizar-se. Conforme Marcuse, de Descartes a Hegel (passando por Leibniz, Kant e Fichte) o idealismo havia colocado a razão em uma condição aparente:

“A razão é apenas a aparência (Schein) da racionalidade num mundo sem razão, e a liberdade apenas a aparência do ser livre na não-liberdade universal. A aparência ocorre na medida em que o idealismo for interiorizado: razão e liberdade tornam-se tarefas que o indivíduo tem de cumprir em si mesmo e pode cumprir em quaisquer relações exteriores que possa encontrar”⁴³

Contudo, é o próprio conceito de razão da filosofia em geral e particularmente do idealismo que a Teoria Crítica preserva e toma como seu. Na medida em que a razão foi pensada como a reconciliação das antíteses (sujeito e objeto, essência e aparência, pensamento e ser, etc.), garantindo a autenticidade do ser, a filosofia demonstrou que o ente não é racional na sua imediatidade, mas antes deve ser trazido à razão. Isto significa que a razão representa a possibilidade superior do homem e do ente mesmo, pertencendo-se ambas reciprocamente. Na razão como substância hegeliana o mundo torna-se conceito e tudo

⁴³ MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 140. Horkheimer já havia afirmado, conforme citação anterior, que “esta aparência, da qual o idealismo tem vivido desde de Descartes, é ideologia em sentido rigoroso”. Dá-se a entender que em “Filosofia e Teoria Crítica” Marcuse tenta minimizar a contundência desta afirmação de Horkheimer. Sem negar esta condição aparente de razão, Marcuse afirma (como será aqui explicado no parágrafo subsequente) que “ela [a filosofia idealista] ainda é, já pelo simples conceito de razão, mais do que ideologia. [e que] Há inúmeras doutrinas filosóficas que são meramente ideologias e, enquanto ilusão sobre as situações sociais relevantes, se inserem de boa vontade no aparato de dominação do todo. A filosofia idealista da razão não pertence a isto”. Cf. MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 142.

aquilo que contradiga a razão deve ser superado⁴⁴. Para a Teoria Crítica o mundo também deve tornar-se conceito, contudo, como afirmado anteriormente, sua perspectiva materialista dialética faz com que esta possibilidade superior seja realizada na práxis social. Os teóricos críticos consideram o conhecimento correto como aquele que explicita tanto as contradições existentes na sociedade dada como também suas possibilidades sociais de superação, por isto a efetivação da razão, “a realização das possibilidades, depende da luta histórica”⁴⁵. Segundo Horkheimer:

“A teoria crítica na formação de suas categorias e em todas as fases de seu desenvolvimento, segue conscientemente o interesse por uma organização racional da atividade humana: clarificar e legitimar esse interesse é a tarefa que ela confere a si própria. Pois para a teoria crítica não se trata apenas dos fins como são apresentados pelas formas de vida vigentes, mas dos homens com todas as suas possibilidades. É nesse sentido que a teoria crítica preserva a herança não só do idealismo alemão, mas da própria filosofia”⁴⁶

É com esta herança filosófica que os pensadores da Teoria Crítica se voltariam contra um certo economicismo cientificista e mecanicista que havia se tornado comum ao materialismo da teoria crítica (em sentido amplo) nas primeiras décadas do século XX (claro que havia exceções, como Korsch e Lukács), ou seja, os teóricos críticos frankfurtianos pretendiam reativar a dimensão filosófica da crítica da economia política, sem com isso levá-la a uma “filosofia pura”. Para Marcuse, é justamente nos conceitos econômicos do materialismo dialético que a filosofia aparece, o que ocorre por causa da sua pretensão de totalidade explicativa dos homens e de seu mundo a partir do social, isto é, a Teoria Crítica é mais do que economia, no sentido

⁽⁴⁴⁾ Cf. MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 138 e 139.

⁽⁴⁵⁾ HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. (Apêndice). Op. cit. p. 74.

⁽⁴⁶⁾ HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. (Apêndice). Op. cit. p. 70.

de uma ciência especializada, na medida em que se interessa pela sociedade como um todo⁴⁷. Assim, a Teoria Crítica situa-se precisamente na convergência da crítica da economia política e da filosofia dialética⁴⁸. É neste sentido que Horkheimer afirma que:

*“Ao contrário da atividade científica nas disciplinas modernas, a teoria crítica da sociedade, mesmo quando crítica da economia, permanece filosófica. [Mas] não é tanto um objeto filosófico particular que caracteriza a diferença entre teoria crítica e observações especializadas, mas é a consideração das tendências da sociedade global que é decisiva, mesmo nas suas ponderações mais abstratas, lógicas e econômicas.”*⁴⁹

Isto não quer dizer que a Teoria Crítica frankfurtiana não reconheça a importância do fator econômico na sociedade capitalista. Pelo contrário, ela sabe que a “crítica tem que focalizar a causa primeira da miséria, a economia”⁵⁰. Porém, para os pensadores vinculados ao Instituto (em divergência ao socialismo da então URSS e seus teóricos oficiais) a sociedade futura, baseada na razão, não pode ser pensada somente pela sua economia, o que significa, por exemplo, que a proposta de uma sociedade socialista não é mera questão de planificação econômica; esta é importante, mas não é em si garantia de uma coletividade na qual o homem e as coisas possam realizar suas possibilidades, por isto os conceitos econômicos da Teoria Crítica devem ser determinados, desde do princípio, por uma preocupação com a liberdade e a felicidade, ou seja, a planificação econômica só é crítica

⁽⁴⁷⁾ Cf. MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 137.

⁽⁴⁸⁾ Cf. Cf. MARCUSE, H. Para a Crítica do Hedonismo. In: MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Op. cit. pp. 161-197. p. 181. Nota 18. Os intelectuais ligados ao Instituto sempre preferiram o uso do termo Teoria Crítica para designar suas perspectivas. O cognome de Escola de Frankfurt surge apenas nos anos 50 e é dado por comentadores exteriores ao Instituto.

⁽⁴⁹⁾ HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. (Apêndice). Op. cit. p. 71.

⁽⁵⁰⁾ HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. (Apêndice). Op. cit. p. 72.

à economia política burguesa se aquela preocupação for sua finalidade, do contrário o materialismo se torna economicismo⁵¹.

Aos teóricos críticos frankfurtianos “a organização racional da sociedade é *mais* do que uma nova forma de economia regulada”⁵². Este “mais” refere-se, teoricamente, à dimensão filosófica da Teoria Crítica, que dá a ela um excedente frente aos fatos dados e à análise econômica em sentido estrito, colocando ênfase na liberdade e na felicidade. Na âmbito prático, significa a superação da determinação econômica sobre a totalidade da existência humana, invertendo esta relação. A mera abolição da propriedade individual (estatização) e o aumento da produção não levam, necessariamente, à liberdade e felicidade. Para Marcuse:

*“Não que o processo de trabalho seja regulado planificadamente, mas sim que o interesse determine a regulamentação; se nesse interesse a liberdade e a felicidade das massas forem preservados, então torna-se importante. O descuido desses elementos retira da teoria [crítica] algo essencial: elimina da imagem dos homens liberados a idéia de felicidade pela qual se deve diferenciar [a organização social racional futura] de todas as humanidades até hoje.”*⁵³

Assim, a filosofia garante à Teoria Crítica sua verdade em sentido profundo, a qual a mantém independente dos fatos, dos desvios teóricos que levam ao economicismo e dos caminhos e descaminhos da prática crítica de um grupo ou classe social. É claro que a Teoria Crítica parte de fatos presentes e da organização econômica vigente, contudo, sua verdade, que fundamenta-se nos conceitos de razão,

⁽⁵¹⁾ Marcuse afirma categoricamente que “há sobretudo dois momentos que vinculam o materialismo à correta teoria da sociedade: a preocupação em torno da felicidade dos homens, e a convicção de que esta felicidade seja conseguida somente mediante uma transformação das relações materiais de existência.” Cf. MARCUSE, H. *Filosofia e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 138. Cabe lembrar que, segundo Marcuse, para o conceito de razão convergem o de liberdade e o de felicidade.

⁽⁵²⁾ MARCUSE, H. *Filosofia e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 146.

⁽⁵³⁾ MARCUSE, H. *Filosofia e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 146.

liberdade, felicidade, diz respeito a uma sociedade futura, da qual não pode extrair fato algum. Desta forma, estes conceitos transcendem o condicionamento social e por este motivo, segundo Horkheimer, “transformar a teoria crítica da sociedade em sociologia é, por princípio, um empreendimento problemático”⁵⁴. E conforme Marcuse: “a sociologia, que se ocupa apenas com o condicionamento, não tem nada a ver com a verdade; sua ocupação, útil de várias maneiras, falsifica o interesse e o objetivo da teoria crítica”⁵⁵.

No que diz respeito a ciência econômica, a verdade da Teoria Crítica também a ultrapassa, não criando identidade com seu objeto, a economia política. Para Horkheimer “a teoria crítica nunca criou raízes na ciência econômica. A dependência do político frente ao econômico foi seu objeto, e nunca seu programa”⁵⁶. E segundo Marcuse “o elemento filosófico da teoria [crítica] é uma forma de protesto contra o novo ‘economicismo’: contra o isolamento das lutas econômicas, contra a separação conservadora da economia política”⁵⁷.

Quanto a relação da Teoria Crítica com um grupo ou classe social, ela não é de submissão da primeira frente à segunda. A verdade da Teoria Crítica diz respeito à totalidade humana e mesmo que as forças sociais que deveriam realizá-la fracassem, sua verdade persiste. Marcuse coloca a possibilidade destas forças sucumbirem, e ele próprio argumenta que:

“Tanto menos por isso a verdade da teoria [crítica] seria refutada, quanto mais ela aparecesse sob nova luz e esclarecesse novos lados e partes de seu objeto. Muitas exigências e referências da teoria [crítica] adquirem uma importância modificada. A função modificada da teoria, dá-lhe um intenso caráter de ‘teoria crítica’. Sua crítica diri-

(54) HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 66.

(55) MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 153.

(56) HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. (Apêndice). Op. cit. p. 74.

(57) MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 157.

*ge-se também contra o desvio de suas plenas exigências econômicas e políticas nos muitos lugares onde dela se reivindicam. Essa situação obriga a teoria [crítica] novamente a uma ênfase aguda da preocupação, contida em toda sua análise, pelas potencialidades dos homens, pela liberdade, felicidade e direito do indivíduo*⁵⁸

É neste mesmo sentido que Horkheimer afirma que “nesta sociedade tampouco a situação do proletariado constitui garantia para uma gnose correta”⁵⁹, isto é, o conhecimento crítico não é, necessariamente, um derivado direto da posição em que se encontra, na estrutura social, uma certa classe, cujos interesses também devem ser avaliados – se for o caso negados – pelo teórico crítico.

Contudo, esta verdade transcendente da Teoria Crítica não deve ser entendida como um abandono da perspectiva materialista ou histórica. Os intelectuais frankfurtianos não são ingênuos para ignorar que toda teoria é determinada historicamente, mas isto não significa que ela deva se submeter às condições que a determinam. Assim, segundo Paul-Laurent Assoun, faz-se sentir a influência marxiana na Teoria Crítica, já que a crítica é, em Marx, uma instância de julgamento da própria história presente frente a suas possibilidades, sendo o mais

⁽⁵⁸⁾ MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 144. Nesta passagem fica claro que para os pensadores frankfurtianos o fracasso da classe revolucionária não significa o desaparecimento da verdade da Teoria Crítica, pelo contrário, a verdade encontraria na teoria um abrigo seguro a espera de um momento propício para ser posta em prática. Esta “fuga” para a teoria ocorre, em graus variados, em quase todos os pensadores ligados ao Instituto e tende a ser cada vez mais forte conforme os próprios desenvolvimentos do capitalismo industrial nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, os quais demonstraram uma incrível eficiência em cooptar os interesses do proletariado. Ou seja, os pensadores frankfurtianos não compartilham plenamente da afirmação de Marx de que “a existência de idéias revolucionárias em uma determinada época já supõe a existência de uma classe revolucionária.” Cf. MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luis C. de Costa e Castro. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 49.

⁽⁵⁹⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 48.

importante aquela “história que está em via de ser feita”⁶⁰. Para o materialismo dialético e sua herdeira, a Teoria Crítica, criticar é julgar, diferentemente do materialismo positivista. Seu juízo é existencial, em sentido amplo. Conforme Horkheimer, “a teoria crítica afirma: isso não tem que ser necessariamente assim, os homens podem mudar o ser, e as circunstâncias já existem”⁶¹. A crítica esteve, desde de Kant, ligada à questão da possibilidade⁶² e pode-se dizer que para a Teoria Crítica a história é campo da existência possível e é nela, na existência possível, “na história que está em via de ser feita”, que reside sua verdade e por isso seu aspecto transcendente ou filosófico.

CONCLUSÃO

As dificuldades encontradas pelos teóricos críticos do Instituto para Pesquisa Social em relacionar teoria e empiria, refletidas em seus trabalhos coletivos dos anos 30, demonstram, em boa parte, esta posição intelectual que a um só tempo se mantém firmemente materialista, mas que insiste em uma verdade para além dos fatos dados. O teórico crítico deve teimar neste ponto, o qual é, de maneira geral, o da distinção entre aparência e essência⁶³. A mera coleta de dados não garante um materialismo correto, assim como a análise destes dados a partir de uma concepção tradicional de teoria não diz respeito à verdade, pois esta só pode surgir de uma crítica, da negação dos fatos dados em direção a suas melhores possibilidades, em direção à realização histórica da razão. Assim, os conceitos da Teoria Crítica são mais do que termos explicativos e por isto lhes faltam dados

⁽⁶⁰⁾ ASSOUN, P-L. e RAULET, G. *Marxismo e Teoria Crítica*. Trad. Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 37.

⁽⁶¹⁾ HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Op. cit. p. 58. Nota 56.

⁽⁶²⁾ Cf. Assoun, P-L. e Raulet, G. *Marxismo e Teoria Crítica*. Op. cit. p. 29.

⁽⁶³⁾ “A teimosia, que vem de se apegar à verdade contra todas as aparências, tem dado lugar, na filosofia, hoje, à extravagância e ao oportunismo sem pudor. Na teoria crítica, a teimosia foi mantida como a autêntica qualidade do pensamento filosófico”. Cf. MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. p. 145.

capazes de serem apreendidos em questionários de tipo sócio-econômicos, por exemplo. Desta forma, ela recorre ao legado conceitual filosófico na defesa de sua verdade, que desde o princípio de suas análises sociais surgem como objetivos finais: razão, liberdade e felicidade. Segundo Marcuse:

*“O debate da teoria crítica com a filosofia está interessado no conteúdo de verdade dos conceitos e problemas filosóficos: pressupõe que a verdade esteja efetivamente contida neles. [Porém] seu conteúdo de verdade, que excede o condicionamento social, não pressupõe uma consciência eterna, que constitui a consciência individual do sujeito transcendental. Pressupõe, antes, somente aqueles sujeitos históricos particulares, cuja consciência se expressa na teoria crítica. Somente para esta este conteúdo ‘excedente’ pode tomar-se evidente em sua verdade efetiva. A verdade, que se conhece na filosofia, não é reduzida às relações sociais existentes. Isto seria o caso numa configuração da existência, na qual a consciência não estivesse mais dissociada do ser e na qual, da racionalidade do ser histórico, pudesse surgir a racionalidade do pensamento”.*⁶⁴

Se a verdade excede a situação histórica é porque até então a história é falsa. Explicitar as possibilidades de realização de uma história verdadeira e denunciar sua falsidade presente, eis os principais objetivos da Teoria Crítica.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

⁽⁶⁴⁾ MARCUSE, H. Filosofia e Teoria Crítica. Op. cit. pp. 149 e 150.

- ASSOUN, P-L. **A Escola de Frankfurt**. Trad. Helena Cardoso. São Paulo: Ática, 1991.
- ASSOUN, P-L. e RAULET, G. **Marxismo e Teoria Crítica**. Trad. Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BRONNER, S. E. **Da teoria crítica e seus teóricos**. Trad. Tomás Bueno e Cristina Meneguelo. Campinas: Papirus, 1997.
- GOETHE, J. W. **Fausto**: uma tragédia – Primeira parte. Trad. Jenny Klabin Segall. Comentários e notas de Marcus V. Mazzari. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- HORKHEIMER, M. **Eclipse da Razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.
- HORKHEIMER, M. **Teoria Crítica I**. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Editora Perspectiva, Edusp, 1990.
- HORKHEIMER, M e ADORNO, T. W. **Textos Escolhidos**. Trad. Edgard Malagodi e Ronaldo Cunha. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- JAY, M. **La Imaginacion Dialectica**: História de la Escuela de Frankfurt y el Instituto de Investigacion Social – 1923/1950. Madrid: Taurus Ediciones, 1974.
- KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MAAR, W. L. Marcuse: em busca de uma ética materialista. (Introdução). In: MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade**. Trad. Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. pp. 07-35.
- MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade**. Trad. Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARCUSE, H. **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Trad. Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luis C. de Costa e Castro. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. e ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATOS, O. C. F. Introdução. In: HORKHEIMER, M. **Teoria Crítica I**. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1990. pp. XII-XXII.

WIGGERHAUS, R. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Trad. Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.